



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 149/2024 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova as Diretrizes do Trabalho do Docente de Educação Especial e Inclusiva no Âmbito do Instituto Federal do Amapá - IFAP.

A PRESIDENTE EM EXERÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº 23228.001055.2024-53 e as deliberações na 67ª reunião ordinária do Conselho Superior, realizada no dia 12 de dezembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Diretrizes do Trabalho do Docente de Educação Especial e Inclusiva no Âmbito do Instituto Federal do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- Juliana Eveline dos Santos Farias, Presidente do Consup em exercício - PRES. CONSCD01 - CONSUP, em 17/12/2024 09:47:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/12/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 111173

Código de Autenticação: a3f2f8dbc6



Proen

Pró-reitoria
de Ensino



INSTITUTO FEDERAL
Amapá

**DIRETRIZES DO TRABALHO DO DOCENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E
INCLUSIVA NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP)**

Macapá-AP, Outubro de 2024

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
TEM COMO:

MISSÃO

“Transformar vidas por meio da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, garantindo a formação integral e verticalizada”

VISÃO

“Ser referência na promoção da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pública, gratuita, sustentável e de qualidade na região amazônica”

VALORES

*“Excelência acadêmica; Inclusão e diversidade; Transparência e gestão democrática;
Eficiência governamental; Integridade e ética; Desenvolvimento sustentável;
Responsabilidade social; Cultura organizacional e clima organizacional;
Conservação da biodiversidade”*

AUTORIDADES INSTITUCIONAIS

REITOR

Romaro Antônio Silva

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Cristina Coutinho de Oliveira

DIRETORA DE ENSINO

Julia Milena da Paixão Oliveira

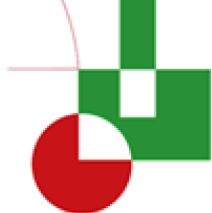
COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO DOCUMENTO

PORTARIA Nº 703/2024 - GAB/RE/IFAP E PORTARIA Nº 1888/2024 - GAB/RE/IFAP

Júlia Milena da Paixão Oliveira	Presidente
Cristina Coutinho de Oliveira	Proen
Telma Adriana Souza Lobato	Proen
Jovelina Barros dos Santos	Proen
Severina Ramos Telecio de Souza	Proen
Maria de Nazaré da Silva Barreto	Proen
Patrícia Paranhos Barbosa	Progep
Jaqueline Ramos da Silva e Costa	Proext
Maria de Nazaré Ramalho de Oliveira Amorim	Proext
Vera Lucia Silva de Souza Nobre	Laranjal do Jari
Erika Ramos Figueiredo	Macapá
Tatiani da Silva Cardoso	Macapá
Marcia Cristina da Conceição Santos Oliveira	Macapá
Taiana Furtado dos Anjos	Macapá
Raimundo Alves Medeiros Neto	Macapá
Luciana Carlena Correia Velasco Guimaraes	Macapá
Carmem Angela Tavares Pereira	Macapá
Pamela Rabelo de Oliveira	Oiapoque
Romildo dos Santos Neves	Oiapoque
Celia Souza da Costa	Porto Grande
Raulian de Oliveira Borges	Santana
Nazare do Socorro Santos da Costa	Santana

REVISORA TEXTUAL

Cláuria Rodrigues Brito de Souza



HISTÓRICO DE REFORMULAÇÕES DO DOCUMENTO

Versão	Data	Alterações realizadas/ Justificativa	Aprovação
1ª	Outubro/2024	Criação do documento	Resolução Nº XX/2024

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	6
CAPÍTULO II – DA ATIVIDADE DO DOCENTE	6
CAPÍTULO III – DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	7
SEÇÃO I – DO OBJETIVO E ATRIBUIÇÕES	8
SEÇÃO II – DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	9
SEÇÃO III – DO INGRESSO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	10
CAPÍTULO IV – DA FORMAÇÃO CONTINUADA	10
CAPÍTULO V – DOS EDITAIS	11
CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	11
REFERÊNCIAS	12
APÊNDICE I – COMPONENTES CURRICULARES DA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	14
APÊNDICE II – PROFISSIONAIS DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	15

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento interno estabelece as Diretrizes do trabalho do docente de Educação Especial e Inclusiva no âmbito do Instituto Federal do Amapá (Ifap).

Art. 2º A Educação Especial e Inclusiva perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar, visando a garantia de um sistema educacional inclusivo, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. Enquanto área do conhecimento e de pesquisa, produz, atualiza e socializa conhecimentos que dão suporte ao processo de inclusão educacional dos estudantes público.

Art. 3º O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um conjunto de serviços de apoio pedagógico e docente complementar e suplementar que visa possibilitar ao estudante o acesso ao currículo por meio do atendimento às necessidades educacionais específicas, devendo a sua oferta ser prevista no âmbito da educação básica, profissional, graduação e pós-graduação.

Art. 4º São considerados estudantes público da Educação Especial e Inclusiva e AEE:

- I - estudantes com deficiência;
- II - estudantes com transtorno do espectro autista (TEA);
- III - estudantes com altas habilidades/superdotação;
- IV - estudantes com necessidades específicas que apresentam significativo, expressivo e relevante comprometimento de aprendizagem, de caráter permanente, progressivo e/ou transitório que não lograram êxito no processo ensino-aprendizagem, mediante Avaliação Individualizada por profissional especializado na área.

CAPÍTULO II – DA ATIVIDADE DO DOCENTE

Art. 5º São atribuições do docente de Educação Especial e Inclusiva:

- I - docência em Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- II - docência em componentes curriculares da área de conhecimento da Educação Especial e Inclusiva;
- III - elaborar e executar o plano de ensino dos componentes curriculares e plano de AEE;
- IV - contribuir na elaboração do plano educacional individualizado (PEI);
- V - propor e executar projetos de ensino;

VI - realizar anamnese educacional;

VII - desenvolver atividade colaborativa de orientação aos docentes;

VIII - ofertar coensino, em casos excepcionais;

IX - desenvolver atividade colaborativa com as famílias dos estudantes;

X - colaborar com a promoção da formação continuada;

XI - orientar, coorientar e avaliar em bancas de trabalhos de conclusão de cursos;

XII - orientar, coorientar e supervisionar estágio, monitoria e bolsistas;

XIII - elaborar relatórios sobre o desenvolvimento dos estudantes e encaminhamentos necessários;

XIV - desenvolver projetos de pesquisa;

XV - desenvolver ações e/ou atividades de extensão;

XVI - participar de comissões, núcleos, conselhos, comitês e demais atividades correlatas;

XVII - desempenhar atividades, conforme designação de cargo e/ou função.

Art. 6º A carga horária do docente de Educação Especial e Inclusiva será organizada e/ou distribuída de acordo com a legislação vigente que regulamenta a carreira dos demais docentes EBTT.

Art. 7º A entrega do Plano de Trabalho Individual (PIT) e do Relatório Individual de Trabalho (RIT) deverá ser realizada à chefia imediata e conforme a previsão no Calendário Acadêmico.

Art. 8º O docente de Educação Especial e Inclusiva estará lotado em Colegiado específico e/ou no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE ou equivalente.

Art. 9º Todo docente de Educação Especial e Inclusiva deverá realizar o AEE e a carga horária do referido docente nos *campi*, que deverá ser preenchida na seguinte ordem:

1º Componentes curriculares da área de conhecimento da Educação Especial e Inclusiva;

2º Atendimento Educacional Especializado (AEE);

3º Demais atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO III – DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Art. 10 O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades educacionais específicas.

Art. 11 O AEE complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes público da Educação Especial, visando a autonomia e a independência dentro e fora do *campus*, sendo realizado prioritariamente em salas específicas para este atendimento e em horários vagos e/ou período de contraturno dos cursos em que os estudantes estão matriculados.

Art. 12 Além de o (a) professor do AEE, o (a) estudante pode contar com o suporte/auxílio de outros profissionais, de acordo com a sua necessidade, tais como: tradutor intérprete de Libras, Guia-intérprete, cuidador, professor auxiliar, entre outros.

Art. 13 Além do AEE, o estudante poderá contar com o suporte de monitoria, tutoria por pares, estágio e projetos de ensino.

Art. 14 O AEE deverá ser registrado como componente curricular no sistema de registro acadêmico em vigência, a fim de garantir o controle da frequência do estudante, o registro dos conteúdos, bem como para registro de atividade docente.

Art. 15. A organização do AEE se dará por meio de atendimento individual, conforme avaliação do docente de Educação Especial e Inclusiva.

Parágrafo único: O AEE poderá ser realizado, na excepcionalidade, em pequenos grupos com, no máximo, 3 (três) estudantes de diferentes especificidades.

Art. 16 O tempo de duração e a frequência dos atendimentos serão definidos com base nas necessidades educacionais dos estudantes identificadas por meio de avaliação específica a ser realizada pela equipe multidisciplinar e/ou pelo docente da educação especial que será responsável pelo acompanhamento do estudante.

SEÇÃO I – DO OBJETIVO E ATRIBUIÇÕES

Art. 17 O Atendimento Educacional Especializado (AEE) objetiva o acesso à participação e a permanência com êxito dos estudantes nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às necessidades específicas apresentadas.

Art. 18 São objetivos do Atendimento Educacional Especializado, conforme redação do Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializado de acordo com as necessidades dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino aprendizagem;

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Art. 19 São atribuições do Docente de Educação Especial no Atendimento Educacional Especializado, conforme Resolução CNE/CEB n. 04/2009:

I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II - elaborar, juntamente aos demais docentes, e executar o Plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V - estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI - orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares.

SEÇÃO II – DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Art. 20 A oferta do AEE deve constar no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAP e nos Planos e Projetos Pedagógicos dos Cursos de cada unidade, prevendo, na sua organização:

- I - salas de Atendimento Educacional Especializado ou equivalente: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade, equipamentos específicos e tecnologias assistivas;
- II - matrícula do estudante no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular do próprio *campus*;
- III - docente de Educação Especial e Inclusiva para o exercício da docência no AEE;
- IV - demais profissionais técnicos e de apoio, de acordo com as necessidades dos estudantes;
- V - articulação entre Docente da Educação Especial e Inclusiva e os demais docentes do ensino regular por meio de trabalho colaborativo;
- VI - plano do AEE, PEI ou equivalente: identificação das necessidades educacionais específicas, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- VII - redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso aos recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização AEE.

SEÇÃO III – DO INGRESSO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Art. 21 O ingresso do estudante cotista PCD no Atendimento Educacional Especializado (AEE) é realizado de forma imediata após a matrícula e anamnese do estudante.

Parágrafo único: O ingresso no AEE também poderá ocorrer por meio de solicitação do estudante e/ou indicação de servidores e/ou pais/responsáveis.

Art. 22 A permanência do estudante no AEE é condicionada ao termo de aceite.

Art. 23 A descontinuação do AEE será condicionada à assinatura do termo de desistência.

CAPÍTULO IV – DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 24 O IFAP deverá garantir espaços e tempos para a formação continuada dos docentes da Educação Especial e Inclusiva, com o propósito de ampliar os conhecimentos específicos, bem como possibilitar a formação continuada aos demais profissionais da Instituição, visando fortalecer o processo inclusivo.

Art. 25 O Docente de Educação Especial e Inclusiva deverá colaborar no processo de formação dos servidores e colaboradores em parceria com a equipe técnico-pedagógica dos *campi*.

CAPÍTULO V – DOS EDITAIS

Art. 26 Nos Editais a partir de 2025, para a seleção de docentes da Área da Educação Especial e Inclusiva, as Direções-Gerais dos *campi* deverão consultar os Napnes e o Colegiado para definição do melhor perfil profissional de ingresso para a área.

Art. 27 Respeitando o Art. 26, as unidades deverão definir o perfil profissional do docente visando atender as necessidades, de acordo com a demanda de cada *campus*:

I - Educação Especial e Inclusiva: docente que desempenha as atividades em sala de aula por meio de componentes curriculares e do AEE. Além das demais atribuições inerentes à carreira docente EBTT.

II - Educação Especial e Inclusiva - Atendimento Educacional Especializado: docente que desempenha as atividades em sala de aula por meio do AEE. Além das demais atribuições inerentes à carreira docente EBTT.

III - Educação Especial e Inclusiva - Libras: docente que desempenha as atividades em sala de aula por meio do componente curricular Libras e do AEE. Além das demais atribuições inerentes à carreira docente EBTT.

IV - Libras: docente que desempenha as atividades em sala de aula por meio do componente curricular Libras, em conformidade com as diretrizes nacionais vigentes. Além das demais atribuições inerentes à carreira docente EBTT.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 Casos omissos serão dirimidos pela Pró-Reitoria de Ensino e pelas Direções-Gerais.

Art. 29 Este regulamento entrará em vigor na data de sua homologação e publicação pelo Conselho Superior (Consup) do Ifap.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

_____. Decreto nº 5.626/2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.**

_____. Lei nº 11.892/2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.**

_____. Resolução nº 4/2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.**

_____. Decreto nº 7.611/2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.**

_____. Lei nº 12.764/2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.**

_____. Lei nº 12.772/2012. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.**

_____. Lei nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).**

_____. Resolução nº 500/2018. **Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências.**

_____. Resolução nº 4/2019. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.**

_____. Lei nº 14.704/2023. **Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).**

IFPR. Resolução Consup/IFPR nº 159/2023. **Dispõe sobre as diretrizes do Trabalho do Docente de Educação Especial no IFPR.**

APÊNDICE I – COMPONENTES CURRICULARES DA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Os docentes da área de Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal do Amapá são responsáveis por ministrar os seguintes componentes curriculares:

I - Educação Especial na perspectiva Inclusiva;

II - Sistema Braille e suas Tecnologias; e

III - Libras.

Também será de responsabilidade do docente da área de Educação Especial e Inclusiva componentes curriculares da referida área que poderão ser criados após a publicação da presente resolução.

APÊNDICE II – PROFISSIONAIS DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

I - PROFESSOR AUXILIAR: docente que auxilia nas atividades pedagógicas em sala de aula e em atividades inclusivas do Instituto.

II - TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: profissional responsável por traduzir e interpretar a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).

III - GUIA-INTÉRPRETE: profissional que domina, no mínimo, uma das formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas.

IV - CUIDADOR: profissional responsável em auxiliar na locomoção, higiene e alimentação.

V - TERAPEUTA OCUPACIONAL: profissional responsável por avaliar e intervir no desempenho ocupacional do estudante no contexto escolar, identificar as demandas e intervir para que o estudante seja capaz de realizar suas atividades ou ocupações.

VI - Outros profissionais de apoio poderão ser necessários a depender da necessidade do estudante.

Documento Digitalizado Restrito

DIRETRIZES DO TRABALHO DO DOCENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO AMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP) da Proen.docx

Assunto: DIRETRIZES DO TRABALHO DO DOCENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO AMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP) da Proen.docx
Assinado por: Julia Oliveira
Tipo do Documento: Minuta
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Restrito
Hipótese Legal: Documento Preparatório (Art. 7o, § 3o, da Lei no 12.527/2011)
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

■ Julia Milena da Paixao Oliveira, Diretora de Ensino da Pró-reitoria de Ensino, CD - 03 - CD0003 - DIREN-PROEN, em 17/09/2024 18:36:56.

Este documento foi armazenado no SUAP em 17/09/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 112998
Código de Autenticação: 9ec2587a2f

